



PROPOSTAS DE PROCEDIMENTOS: PESQUISA E PASSOS PARA UMA METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO PARA A ELABORAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Emmanuel Maria C. Borrego Sabino¹

RESUMO: Um Trabalho de Conclusão de Curso é uma etapa obrigatória na vida do estudante universitário brasileiro que pretende obter seu Diploma de Graduação e que lhe deve merecer toda atenção, dedicação e cuidado. Neste artigo faremos uma troca de ideias e apresentaremos sugestões considerando discentes e docentes, propondo caminho(s) que possam de algum modo contribuir não apenas para que tal documento se torne numa realidade de excelência credível, mas também para sugerir passos que podem ser dados no sentido de levar seu esforço acadêmico a bom porto. Pesquisar, saber colocar em prática, entender e transmitir conhecimentos é condição *sine qua non* para a progressão intelectual do universitário e, com isso adquirir cada vez mais confiança e conhecimento sobre onde e como pode angariar esses dados, além dos que lhe são transmitidos em sala de aula pelo Docente, indicando claramente a diferença entre o formando conformado/passivo e o que quer tornar cada vez mais ágil a sua mente, curioso por natureza, leitor por necessidade de se querer manter conhecedor mais completo, além das várias matérias que lhe são trazidas ao conhecimento em sala de aula. Este tem obrigatoriamente que ser um percurso honesto, fugindo a todo custo de cometimento de fraudes, nomeadamente o plágio. Neste artigo se pretende suscitar os “quereres” de que se faz a educação: querer ensinar e querer aprender, para a produção de um bom Trabalho de Conclusão de Curso.

Palavras-chave: Trabalho de Conclusão de Curso. Pesquisa. Formação Universitária.

ABSTRACT: Completion of Course Work is compulsory in the life of Brazilian University students who want to take their university degree and it should be object of close attention, dedication and care. In this article we shall exchange ideas and present suggestions considering both students and teachers, proposing path(s) which might not only contribute towards producing the abovementioned document of credible excellence, but also to suggest steps one might consider taking so as that one's academic effort will meet with success. To research, to know how to put into practice, understand and be able to transmit acquired knowledge is a

¹ Professor Doutor em Filologia Inglesa pela Universidad de Salamanca, España. Professor Associado (obtido na Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal. Docente de Metodologia da Pesquisa Científica, no FORUM (Centro de Formação, Estudos e Pesquisas), sediado em Teresina, Piauí, Brasil. Presidente da FORUM (Centro de Formação, Estudos e Pesquisas), sediado em Teresina, Piauí, Brasil.

Artigo recebido em: 23/04/2015.

Artigo aceito em: 10/05/2015.



prerequisite for a university student's intellectual progression and, by gaining more and more confidence and knowledge on how and where more information can be obtained outside the classroom will evidently differentiate the conformed/passive student to the one who aims at making his mind to be more agile, naturally curious, a reader for need of wanting to be more completely aware and compliment as much as possible on the various subject matters taught him during class. This must obligatorily be a path of total honesty, in which one shuns from all and any type of fraud, namely plagiarism. In this article we hope to motivate the "desires" education is composed of: to desire to teach and to desire to learn, for the production of a good Completion of Course Work.

Keywords: Completion of Course Work; Research; University Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

- 1 A PESQUISA: O QUE É E PARA QUÊ?
- 2 O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: BREVE EXPLICAÇÃO
- 3 PASSOS PARA A ELABORAÇÃO DE UM TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ONZE MOMENTOS QUE ANTECEDEM O COMEÇO DE UM TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO OS ELEMENTOS DE QUE É COMPOSTO UM TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO:

3.1.1. ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

3.1.2. OS ELEMENTOS TEXTUAIS:

3.1.2.1.INTRODUÇÃO

3.1.2.2.DESENVOLVIMENTO

3.1.3. OS ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS:

3.1.3.1.Referências ou referências bibliográficas

3.1.3.2.Glossário

3.1.3.3.Apêndice

3.1.3.4.Anexo

- 4 O PLÁGIO: O QUE É, PORQUE NÃO COMETÊ-LO

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS



INTRODUÇÃO

Universidade, Instituição de Ensino Superior (I.E.S.), “alvo” apeteido por muitos, espaço de obrigações atitudinais muitas vezes difíceis de assimilar pelos recém chegados (vezes até, pelos que já lá estão há algum tempo) e de procedimentos comportamentais muito menos desculpáveis quando, pelas mais variadas “razões”, se procuram justificativas para explicar incumprimentos dos mesmos. A um estudante do Ensino Superior se pede, logo que inicia suas aulas na Faculdade/Universidade em que se pretende formar e sem que demore muito tempo, algum empenho no sentido de que efetivamente crie consciência crítica de si mesmo, seu entorno, da importância das matérias que cursa, da realidade nacional em que habita e do cuidado no modo como se tem que expressar, do(s) motivo(s) que o leva(m) a querer obter diploma de determinado curso, consciência crítica esta que vá muito além de um apenas apático circular pelo *campus* da I.E.S. da qual pretende sair com um Diploma de Curso Superior, para saber, com cada vez maior consistência argumentativa, com base em leituras produzidas por estudiosos referência das matérias cursadas, apresentar pontos de vista acadêmicos honestos e com credibilidade tal que conduzam, no mínimo, a que a Academia aceite escutá-los para eventualmente levá-los em consideração. Por outras palavras: que cresça como pessoa e intelectualmente mais do que o havia conseguido até este momento. Estes pontos de vista culminarão, uns “rápidos” anos adiante, no Trabalho de Conclusão de Curso (T.C.C.), obrigatório em todas as áreas do saber e/ou desde que determinado pela I.E.S. e é-o, geralmente, para o Curso de Direito² (como tantos outros, nomeadamente e para indicar apenas alguns: Administração; Ciências Sociais; Arquitetura e Urbanismo, Enfermagem (nas suas várias especialidades), Pedagogia, entre outros) cerne deste artigo, no qual há de estar demonstrado o que o estudante aprendeu ao longo dos anos em que frequentou a Faculdade/Universidade e que, daqui em diante propomos, primeiro, fazer uma breve apresentação do valor e importância da pesquisa para, depois, tratar dos procedimentos método(s) e metodologia(s) para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, os vários momentos (elementos) de que este é composto e, finalizados estes passos, trazer as conclusões finais à consideração do leitor. Jamais

² Cf. Portaria/MEC n.º 1.886 de 30/12/1994 que fixa as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso jurídico que, no seu art. 9º, diz, *in verbis* que: “Para a conclusão do curso, será obrigatória a defesa de monografia final, perante banca examinadora, com tema e orientador escolhidos pelo aluno.” Aproveite-se o espaço para referir que, é habitual que no Curso de Direito o T.C.C. deva ter somente um autor, sendo que cursos há, como, por exemplo, os de Administração, Educação, Arquitetura, entre outros, que aceitam mais naturalmente que possam ter mais do que um autor.



podemos ignorar que o caminho a seguir neste empreendimento, embora tenha óbvias regras traçadas, próprias da Academia e da I.E.S. em que o mesmo será entregue e defendido, não deixa, também, de ter alguma dose de força pessoal na sua construção, das pessoas que nela se envolvem, isto é: o Autor e o seu Orientador. O nosso percurso, aprendido ao longo de já largos anos de experiência letiva no apoio a estudantes (graduandos, mestrandos e até mesmo doutorandos), é a que permite fazer as sugestões que apresentamos daqui em diante, conscientes de que de modo abreviado, pois que há extensão limitada, que respeitaremos.

1. A PESQUISA: O QUE É E PARA QUÊ?

De modo o mais sucinto possível, procuremos resposta(s) para a questão que dá origem a este momento do artigo. Pesquisar é (certamente entre outras) razão forte de ser da Universidade/Faculdade, Instituição na qual residem e a partir da qual devem expandir-se conhecimento(s), exatamente porque se pratica investigação (entenda-se, pesquisa). A pesquisa é “... um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.” (GIL, 2002, p.17). Para Cervo e Amado, pesquisar constitui-se em “... uma atividade voltada para a solução de problemas teóricos ou práticos com o emprego de processos científicos.” (2002, p.64) e, ainda, porque é característico da academia sentir a natural necessidade do dirimir de ideias entre seus membros, com apoio científico uma vez que,

[...] a informação, o conhecimento, o saber, constituem valores críticos e reflexivos do homem contemporâneo, sendo o seu caráter dinâmico e operativo, condições de excelência da ação humana, inerentes a todo processo de aprendizagem. Só assim a ciência e a tecnologia se concretizam em formas de desenvolvimento que, em simbiose, podem determinar positivamente o evoluir da pessoa e das sociedades (FREIXO, 2009, p.26).

Diz-nos Pedro Demo que,

O que melhor distingue a educação escolar de outros tipos e espaços educativos é o *fazer-se na e pela pesquisa*. A própria vida como tal é um espaço naturalmente educativo, à medida que induz à aprendizagem constante, burila a têmpera das pessoas (DEMO, 2005, p. 5-6).

Equivale afirmar que, se não houvesse pesquisa e meio(s) de a elaborar e comunicar, o homem não conheceria a evolução que o trouxe ao momento que vive. Veja-se, de modo



assumidamente breve, que avançando de um primeiro estado primitivíssimo, básico quase instintivo de viver, o homem, ente (embora se esqueça disso) da Natureza, quando a não entendia (ou/nem dominava) procedeu à criação de mundo inalcançável para tentar explicar seus temores e desconhecimentos: o da Mitologia para, de então para cá, empreendido(s) percurso(s) significativos, a efetivação de meios e métodos que lhe permitem, por exemplo, construir para si locais habitacionais que “arranham céus”, condomínios que, porque conglomerados e com vários meios de vigilância eletrônica e humana serão supostamente mais seguros, se vestir e alimentar – criando os espaços onde, sem grande esforço físico pode adquirir esses produtos – com mais comodidade mas, antes, ainda, as descobertas da roda, em um primeiro grande momento, conquistar o domínio do fogo e, noutro ainda, dominar os mares, os céus e a terra, possessões essas que lhe permitiriam, por exemplo, melhorar substancialmente seus meios de transporte e de locomoção (mencionando, apenas muito rapidamente: avião, foguete, *Spaceshuttle*, no ar e, por exemplo, no mar, navio, barcas, na terra o automóvel, o trem e por aí vai) levando-o, até mesmo, a poder viajar para fora do seu planeta, e, para avançar aos dias que correm, a invenção de mecanismos que têm todo tipo de nome que já nem soa difícil de pronunciar, muito menos de entender, nomeadamente *hardware*, *software*, que originam *PCs* (*Personal Computers*), *tablets*, telefones móveis, os conhecidíssimos e utilizadíssimos *celulares* e toda uma parafernália de *gadgets* (veja-se como são comuns e claramente entendíveis nomes como: *iphone*, *smartphone*, *ipad*) que possibilitam à humanidade vencer barreiras geográficas a um *click* ou, se se preferir, apertado, *clicar* de uma tecla, levando a que o utente do aparelho que segura entre mãos, possa em tempo real, falar com outra pessoa e, sem se mexer, enxergando-a (lembramos os *Twitter*, *blogs*, *SMS*, *Skype*, para apenas mencionar alguns que, para Cardoso e Lamy constituem o “quarto modelo comunicacional”. (2011, p.75)) a milhares de quilômetros de distância; caem barreiras como as da língua, da cultura, de espaços nacionais – portanto, modalidades que lhe permitem acesso a um sem fim de informações e lhe trazem conhecimentos tão profundamente importantes que rapidamente esquece o que é viver, se não segurar na mão um aparelho produzido graças à evolução tecnológica possível graças, também, a um outro campo dominado: a da eletricidade³. Sai a

³ Daqui nasce a ciência denominada “eletrônica” que, simplisticamente diremos ser a que ensina como o homem pode utilizar a “tensão elétrica” e a “corrente elétrica” para se munir de todo um conjunto de objetos que lhe facultam apoios importantes no seu dia-a-dia.



frase batida de que “a tecnologia afasta quem está próximo, aproxima quem está distante⁴” mas que reflete um viver de pessoas mundo afora e que hoje, a tecnologia marca, profundamente, a vida da humanidade tão evidentemente que se utilizam as “novas mídias” (*new medias* em inglês) das redes sociais para convocar todo um conjunto de manifestações públicas em favor ou contra determinado acontecimento (lembremo-nos da “Primavera Árabe⁵, das manifestações no Brasil contra o aumento no valor das passagens de ônibus; contra atos terroristas, como sucedeu recentemente em Paris, França, em apoio à Direção, que sobreviveu ao ataque, do semanário satírico *Charlie Hebdo*, entre tantas e tantas outras possibilidades a referir). Inegavelmente, sem esta curiosidade inerente ao ser humano, que lhe vem proporcionando cada vez mais percursos para seu bem estar, sem querer obter respostas para clarificar suas dúvidas, sem estudar, sem procurar, estagna. A pesquisa é, pelo que traz de novo(s) mundo(s) ao ser humano, a razão de ser da sua evolução. É na busca de querer aprender, adquirir conhecimentos, querer mais e mais ser Senhor do seu espaço, destino, mundo que o homem cresce cada vez mais e faz do seu um universo repleto de novas necessidades de novas descobertas, indo ao encontro do que sabiamente afirmava um dos mais importantes mentores do nosso mundo Ocidental, o grego Platão⁶, manifestando seu pensamento em face de acusações que ele entendia injustas dirigidas a outro grande filósofo grego, Sócrates⁷, ter a certeza de nada saber⁸ sem que, no entanto, desistisse de fazer valer seus argumentos, recorrendo aos seus conhecimentos e, com isso, trazer de volta a dignidade de seu defendido. Não é assim o percurso a ser seguido por todos nós que honestamente queremos aprender? A busca, persistência na e para a descoberta, a aquisição de conhecimentos em todos os meios que de algum modo tenham dados que contribuam para nosso crescimento intelectual e nos capacitem a saber argumentar, cumprindo regras, obedecendo normas pois que, como nos dizem Condurú e Pereira, “Em todas

⁴ Ver, entre outros tantos: “A Tecnologia Aproxima Quem Está Distante e Afasta Quem Está Próximo.” In: *Jornal Expresso d’Oeste*, de 21/11/2014.

⁵ Para quem possa sentir interesse em receber informação a respeito deste importante sucedido, que derrubou governos numa parte do mundo tradicionalmente conservadoríssima, permitimo-nos sugerir um curto, mas bem escrito artigo de Kevin Connolly, da BBC, *Primavera Árabe: Dez consequências que ninguém conseguiu prever* em: < http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/12/131213_primavera_arabe_10consequencias_dg>.

⁶ Nasceu em Atenas, em 428 ou 427 e Faleceu nessa mesma cidade Grega em 348 ou 347.

⁷ Nasceu Em Atenas em 470 a.C. e Faleceu, também na Capital da Grécia em 399 a.C.

⁸ PLATÃO. Versão eletrônica do Livro: *Apologia de Sócrates*. Biblioteca Virtualbooks. Primeira Parte, “Sócrates apresenta a sua defesa”: O excerto da frase em causa reza: VI: “... aquele homem acredita saber alguma coisa, sem sabê-la, enquanto eu, como não sei nada, também estou certo de não saber.”, p.8. Disponível em: <http://www.revistaliteraria.com.br/plataoapologia.pdf>



as fases da evolução humana é possível perceber regras e procedimentos para registro de informação, o que demonstra a preocupação do homem em organizar e facilitar a comunicação” (2010, p.35) porque, finalmente, o objetivo da pesquisa é a sua socialização que, neste caso em particular, nossa atenção recai no Trabalho de Conclusão de Curso, sigamos, então, com propostas de como o construir/elaborar.

2. O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: BREVE EXPLICAÇÃO.

Um T.C.C. tem duas vertentes: ser um estudo escrito, para posterior defesa oral. Um T.C.C. é, além disso e entre tantas definições, um trabalho de pesquisa trazido à escrita, com assunto escolhido pelo Aluno, com planejamento e método o mais rigorosos possível, seguindo lógica dissertativa, com o intuito de iniciar estudantes universitários no mundo da pesquisa científica, com percurso metodológico claramente definido (contendo Princípio, seja, Introdução; Meio, que é o Desenvolvimento e Fim, que serão as Conclusões (no plural porque, regra geral, o Autor chega a mais do que uma), estes antecedidos dos Elementos pré-textuais, que são os que antecedem o texto (mencionaremos apenas alguns, à condição de exemplo, tais como Agradecimentos, Dedicatória, Epígrafe, Resumo, Abstract, Sumário, entre outros) e os pós-textuais, estes os que estão depois do texto (alguns tais como as Referências/Referências Bibliográficas, Glossário, Apêndice, Anexo e Índice) – mais adiante referir-nos-emos mais em detalhe a cada destes elementos), obediência à sequência cronológica dos assuntos em estudo, à extensão (em Direito, regra geral estes variam de entre 60 a 80 páginas⁹) e à Norma – aqui temos que considerar: tipo de fonte: se é Times New Roman; Arial, outra qualquer. Sua dimensão no corpo principal do Trabalho e em citações superiores a 3 linhas; em notas de rodapé, notas explicativas de quadros, e por aí em diante; espaçamento entre linhas no corpo principal (regra geral, em 1,5) e nos referidos textos complementares (regra geral, em “simples”); marginação das folhas (regra geral, são 3 cm. à esquerda e superior, 2 cm. à direita e inferior); espaço e modo de paginação (se com número romano (pode ser este, para Apêndices, Anexos, etc.) ou arábico (regra geral é este para a corpo principal); no canto superior ou inferior

⁹ Entenda-se, a dimensão total, considerando elementos pré e pós textuais. Deve o autor do T.C.C., com o apoio de seu Orientador, “construir” o estudo de modo a que os vários assuntos estejam equitativamente distribuídos nas folhas do Trabalho. Deve haver cuidado para, por exemplo, uma matéria não ser muito mais extensa do que outra.



direito, ao centro da página, etc.), se tem mais do que um volume (improvável para um T.C.C., mas caso aconteça, regras indicando como segue a apresentação desse segundo volume) – da I.E.S. em que o mesmo vai ser apresentado, amparado em leituras de matérias científicas referentes à temática em estudo (indicadas, ao seu final, nas Referências, reveladoras das leituras efetuadas pelo Autor), fornecendo resposta(s) para dúvida(s) que seu Autor pretende ver esclarecida(s), com intuito de contribuir para ampliar conhecimentos sobre o assunto pesquisado (sem que se exija originalidade na matéria trazida a debate), escrito numa linguagem cuidada e própria da área em estudo e do nível acadêmico em que o trabalho está a ser produzido, para tal nele apresentando e defendendo seus pontos de vista, idealmente acompanhado depois de feita a escolha, repita-se, do tema e do título, por um Orientador (um Docente da área científica pesquisada no T.C.C.), com prazo pré-determinado para ser concluído e entregue (o não cumprimento desse prazo, o descumprimento das normas da ABNT e as da I.E.S. em que será defendido, bem como se contiver plágio são fatores que podem levar ou: à não aceitação do Trabalho, ou à reprovação do mesmo no momento em que este vai ser defendido (do plágio falaremos um pouco mais detalhadamente adiante)) e que culminará na apresentação e defesa oral do mesmo, a uma Banca examinadora, especificamente constituída para o efeito em data marcada e comunicada tanto ao Autor, como ao Orientador do Trabalho, Banca esta que criticará, avaliará a coerência do conteúdo do T.C.C. e aquilatará da veracidade da autoria do mesmo e a avaliação é determinada, regra geral, no conjunto do trabalho (a segurança nos conhecimentos produzidos na escrita é, claramente, da maior importância), portanto, do seu corpo escrito e no modo como o Autor responde às várias questões suscitadas pela Banca. Depois de aprovado o T.C.C., abriu o estudante as portas a que a I.E.S. lhe possa conferir o seu primeiro título acadêmico. Está chegado o momento de fazer uma referência seríssima, que, embora óbvia, ainda há quem persista em ignorá-la ou fingir que a ignora: **não pode haver lugar a plágio nem aceitação do mesmo em um T.C.C. ou em qualquer outro trabalho acadêmico ou de que natureza seja.** O plágio é roubo, apropriação imérita de trabalho e ou ideia alheios, sem que haja referência autoral e de fonte, por parte do plagiador. Quem comete plágio jamais será pessoa de confiança. Para Nery, *et al.*, “O plágio acadêmico se configura quando um aluno retira, seja de livros ou da *Internet*, ideias, conceitos ou frases de outro autor (que as formulou e as publicou), sem lhe dar o devido crédito, sem citá-lo como



fonte de pesquisa¹⁰.” (2008-2010, p.1). Ainda e muito significativamente, para Lima, “o plágio é imoral, ilegal e pecaminoso artifício.” (2013). Bastam estas duas notas para evidenciar a ilicitude do ato de plagiar que será a apropriação indevida, consciente (porque a *internet* é uma tentação difícil de resistir, facilitando o acesso a informações quase ilimitadas, fácil se torna recorrer ao “copy paste”, em linguagem computacional, “ctrl alt/ctrl c” (ctrl c/ctrl v), significando copiar/colar, na nossa língua, para colar no texto palavras e ou ideias alheias, ocultando sua real origem), de trabalho e/ou ideia alheios, sem que haja referência à autoria nem à fonte de onde as mesmas foram retiradas. Quem plagia nunca mais é credor de credibilidade. Entra no mesmo espaço de desconfiança, qual exemplo achamos em *O Garoto Pastor e o Lobo*¹¹. Por isso, é de todo recomendável total distanciamento desse tipo de atitude. É superlativo que a pessoa seja honesta no seu fazer, especialmente quando se expõe perante a Academia, sob séria pena de nunca mais ser-lhe concedida confiabilidade, caso seja desonesto na produção de trabalho seu.

3 PASSOS PARA A ELABORAÇÃO DE UM TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Sempre conscientes de que o T.C.C. é, como nos informam Condurú e Pereira, um “Documento que resulta de estudo e expressa o conhecimento do autor no assunto escolhido.” (2010, p.53) tem, para poder ser aceite, que cumprir todo um conjunto de regras. Quais os elementos de que se deve compor um T.C.C. e a que regras deverá obedecer?

Respondamos pela última questão, porque a de menor dificuldade: O T.C.C. que seja entregue para ser defendido em Instituição de Ensino Superior Brasileira cumprirá com as determinações da Associação Brasileira das Normas Técnicas (ABNT¹²) e, obedecendo em

¹⁰ NERY, Guilherme, *et al.* *Nem tudo que parece é*: entenda o que é plágio. Disponível em: <<http://www.noticias.uff.br/arquivos/cartilha-sobre-plagio-academico.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2015, às 16h:30m

¹¹ Esopo, contador de fábulas (N. 620 a.C. em Amório, Turquia, F. 564 a.C. em Delfos, Grécia) em uma das tantas que criou, tem esta que conta a história de um jovem pastor que, aborrecido de estar no campo, pastoreando ovelhas, sem companhia, decide gritar, para que a aldeia o escute e auxilie, que o rebanho estava a ser atacado por um lobo, levando à imediata reação, em seu apoio, dos aldeões. Chegados ao garoto, constatam que haviam sido enganados. O garoto repete pela 2ª vez o falso alarme, então tendo sido avisado solenemente para que não voltasse a enganar as pessoas. Aconteceu uma 3ª vez, mas desta verdadeira e, porque a criança havia mentido nas duas anteriores, não obteve qualquer apoio e sofreu as consequências de sua ação desonesta, tendo o lobo dizimado algumas das ovelhas cuja guarda lhe estava confiada.

¹² Órgão no qual reside a responsabilidade de fornecer formato padrão para a produção de documentação técnica e, também, acadêmica, no Brasil. Por princípio, todas as I.E.S. brasileiras devem ter cópia(s) de documento da ABNT em seu poder, nele se baseando para a determinação de como serão elaborados seus trabalhos acadêmicos, Revista Direito em Ação, Brasília, v. 14, n. 1, p. 126-153., jan./jun.2015.



essência a estas, também às que a I.E.S. adéque para si, determinando passos que os acadêmicos têm que cumprir para produzirem os trabalhos nesse espaço da produção do saber. Dito isto, e sabendo que por força de sermos interventores, neste espaço escolar temos todos e de certo modo, por isso, que ser “atores”, como nos afirmam Laville e Dionne, porque,

Se, em ciências humanas, os fatos dificilmente podem ser considerados como coisas, uma vez que os objetos de estudo pensam, agem e reagem, que são atores podendo orientar a situação de diversas maneiras, e igualmente o caso do pesquisador: ele também é um ator agindo e exercendo sua influência (2008, p.33).

É de termos, desde logo, a consciência de que as propostas de passos a serem dados se constituem em sugestões de apoio tanto para os estudantes, como para os Docentes que os orientarão para, no desempenho dos seus “papéis”, resulte trabalho acadêmico de proveito evidente para quem com ele venha a contatar. Assim sendo, propomos sejam consideradas:

3.1. Onze Momentos Que Antecedem o Começo de um Trabalho de Conclusão de Curso

Sabedores de que este percurso pode, e certamente tem, “espírito” dos que com ele diretamente se envolvem eis, mesmo assim, os que permitimos trazer à consideração dos “atores” do T.C.C., especialmente seu Autor, onze momentos a serem considerados antes que seja iniciada a escrita do Trabalho de Conclusão de Curso, assim:

1. Escolher, com cuidado e apoio do Orientador, o tema e o título da pesquisa.
2. Fazer levantamento de estudos (bibliografia) existentes a respeito do assunto a ser estudado, para saber que estes existem em quantidade suficiente permitindo assim aquisição de informação teórica o bastante para que, efetivamente, o T.C.C. possa ser concretizado com dados credíveis à academia.
3. Saber justificar porque escolheu o tema em estudo e, também, dizer qual a sua afinidade com o mesmo.
4. Organizar-se, com o apoio do Orientador, para formular o problema do seu estudo.
5. Estabelecer os objetivos do estudo, estes que têm dois momentos:

5.1. O Objetivo Geral e,

estes que podem ter um ou outro ajuste determinado pela I.E.S. Um sítio eletrônico (entre outros) em que pode ser consultado é o: <<http://www.tccmonografiaseartigos.com.br/regras-normas-formatacao-tcc-monografias-artigos-abnt>>.



5.2. Os Objetivos Específicos.

6. Indicar qual vai ser a Metodologia que utilizará para elaborar seu Trabalho, como pretende “construí-lo” e o que fará em cada um desses momentos.
7. Informar como vai coletar os dados (quando o Autor fizer trabalho empírico, não muito frequente para os cursos de Direito, mas que aqui incluiremos, considerando aqueles estudantes que optam por trazer este (que não deixa de ter a sua importância) momento ao seu Trabalho).
8. Dizer como vai fazer a tabulação dos dados (caso exista trabalho empírico).
9. Indicar como procederá à análise e à discussão dos resultados da sua pesquisa (caso exista trabalho empírico).
10. Imaginar, ainda que à distância, como se fosse em jeito de Considerações Finais, que descoberta(s) crê fará e o que supõe, também, venha(m) a ser o(s) resultado(s) da pesquisa e,
11. Seguro de todos estes momentos, avançar para a redação do Trabalho.

Embora não indicado nestes 11 passos, há outro elemento que muitas Universidades/Faculdades e/ou Orientadores solicitam de seus Orientandos e que, em boa verdade, não deixa de ter a sua dose de importância: o **Cronograma** que é, em verdade, os passos dados pelo Autor do Trabalho para a elaboração do mesmo. Feito este percurso e conseguindo, em clara e sã consciência o Autor do estudo responder positivamente, seja que SIM, às seguintes questões:

- a) Este é um assunto que interessa à Academia?
- b) Existem estudos (livros, artigos da especialidade, artigos na *internet*, e por aí em diante) em quantidade suficiente a respeito da matéria a ser estudada?
- c) Esta é uma matéria que me interessa e que queira efetivamente contribuir para trazer pontos de vista **que são genuinamente meus** à Academia, debatendo-os e para eventualmente acrescentar ao que já existe?

Está claramente em condições de prosseguir para a construção do seu Trabalho de Conclusão de Curso, e partir para as investigações, escutando as várias dicas e sugestões que seu Orientador lhe dará, todos fatores pertinentes no apoio à “alimentação” de seu cérebro e, em breve, seus conhecimentos serão compartilhados com quem venha contatar com o produto dessa pesquisa, exposto nas linhas que dão corpo ao T.C.C.



Vejamos, em que consiste cada uma:

3.2. Os Elementos de Que É Composto um Trabalho de Conclusão de Curso.

Um trabalho da natureza do que aqui indicamos, tem a seguinte estrutura, de que forneceremos, em jeito de esquema, breve explicação no intuito de tornar fácil seu entendimento. Entre parêntesis indicaremos quais os que **obrigatoriamente têm que existir** (E.O. significando “Elemento Obrigatório”) e os que são opcionais (Op. significando “Opcional”). Não é demais repetir e chamar a atenção de quem vai elaborar o T.C.C. que este tem que obedecer às Normas da ABNT e às da I.E.S. em que será apresentado e defendido.

3.2.1. Elementos Pré-textuais

Estes compreendem:

Capa (E.O.): é um elemento identificador. Neste constarão (a colocação, na **Capa**, e na **Folha de rosto** dos vários dados identificadores dependerá do que determina a norma da I.E.S. (Instituição de Ensino Superior), tanto no que diz respeito ao posicionamento dos mesmos (i.e.: o que fica centralizado, o que fica à esquerda e ou à direita) como, também, o tamanho da fonte e qual é que pode ser utilizada (Arial, Times New Roman, etc.):

- Nome da Instituição de Ensino Superior;
- Nome da Universidade (se for Faculdade, indica-se nome do Curso);
- Título e, caso exista, subtítulo do Trabalho;
- Nome completo do Autor (que é o aluno candidato à conclusão do curso);
- Nome completo do Orientador (nos casos em que o trabalho assim o determina. O

Orientador é figura, além de obrigatória, necessária para, por exemplo, um Trabalho de Conclusão de Curso; Dissertação de Mestrado; Tese de Doutorado), com título acadêmico do mesmo, que são indicados conforme segue: Ex.: Prof. Esp. que significa: Professor Especialista; Prof.^a M^a., indicando Professora Mestra, seguindo a orientação da Academia Brasileira de Letras; Prof. Me (quando o título tiver sido obtido em I.E.S. brasileira, mas, seguindo a Academia Brasileira de Letras, este é indicado assim: M.e.); Prof. Dr. ou seja, Professor Doutor;

- Local da entrega do estudo (antecedido da UF. Ex.: Brasília/DF.);
- Mês e data da entrega.

Um exemplo visual da **Capa** pode ser apresentado conforme segue:



Nome da I.E.S.

Nome da Faculdade

(área científica, i.e.: Direito; Ciências Sociais; Letras, etc.) Obs.: se a I.E.S. for Faculdade, indica-se apenas a área científica.

Título: subtítulo (caso exista)

Nome completo do Autor (Aluno):

Cidade/UF

Mês/Ano

Folha de rosto (E.O.): é, também, um elemento identificador, contendo os dados indicados na **Capa**, mas neste inclui-se também:

→ a razão do estudo e seu fim, com texto geralmente localizado do centro para a direita da folha (margem à esquerda em 6 cm., com os seguintes dizeres: “Monografia apresentada ao Curso de Nome do Curso, da Universidade (ou, se o não for, Faculdade) Nome da I.E.S. como pré-requisito para a obtenção do título de Grau Acadêmico (dizer qual. Se for o Curso de Direito, será: Bacharel em Direito),

→ Nome completo do Orientador e respectivo título acadêmico” (O Orientador é figura, além de obrigatória, necessária para, por exemplo, um Trabalho de Conclusão de Curso; Dissertação de Mestrado; Tese de Doutorado). O título acadêmico do Orientador é indicado conforme segue: (Ex.: Prof. Esp., que significa “Professor Especialista”; Prof^a. M^a. que é “Professora Mestra”, seguindo a orientação da Academia Brasileira de Letras), Prof. Me. (quando o título tiver sido obtido em I.E.S. brasileira, mas, seguindo a Academia Brasileira de Letras, este é indicado assim: Prof. M.e.); Prof. Dr. significando “Professor Doutor”);



Um exemplo visual da **Folha de rosto** pode ser o que segue:

Nome da I.E.S.
Título: subtítulo (caso exista)
Nome completo do Autor (Aluno): Monografia apresentada ao Curso de Nome do Curso, da Universidade (ou, se o não for, Faculdade) Nome da I.E.S. como pré-requisito para a obtenção do título de Grau Acadêmico (dizer qual. Se for o Curso de Direito, será: Bacharel em Direito) Orientador: Nome completo do Prof. e respectivo título acadêmico. Cidade/UF Mês/Ano

Folha de aprovação (E.O.): conterá:

- O título e, caso haja, subtítulo do Trabalho;
- O nome completo do Autor (Aluno);
- Os nomes completos dos componentes da Banca, origem (em que I.E.S. ensinam) e respectivos títulos acadêmicos.

Exemplo visual de **folha de aprovação** é o que segue:

Título: subtítulo (do estudo)

Nome completo do Autor (aluno).

Banca Examinadora.

(Prof.(a), Título acadêmico. Nome.

I.E.S. Em que leciona.

(Orientador(a)

(Prof.(a), Título acadêmico. Nome.

I.E.S. Em que leciona.

(Prof.(a), Título acadêmico. Nome.

I.E.S. Em que leciona.

Dedicatória (Op.): é um elemento que, como está claro de entender pelo nome, é o espaço no qual o Autor dedica seu estudo. Certamente a alguém (ou, como acontece frequentemente com estudantes brasileiros, a Deus) que de algum modo lhe seja querido.

Agradecimentos (Op.): Tal como o anterior, também se torna claro pela indicação do nome, que será a manifestação, a alguém (ou Entidade. O estudante brasileiro muito frequentemente agradece a Deus) ou algumas pessoas, por quem o Autor do estudo sinta merecerem sua gratidão. Embora este não seja um elemento obrigatório, não deixa de ter alguma razão de existir porque, se não houver ninguém (ou Entidade) especial na vida do Autor, há, pelo menos, a pessoa que o orientou na elaboração do Trabalho e essa, no mínimo, deve merecer a sua gratidão.



Epígrafe (Op.): Esta será uma frase curta, uma ideia que de algum modo se relacione ao estudo. Ao trazer uma para o Trabalho, normalmente a introduzir determinado assunto, o Autor do mesmo indicará a autoria e a data da referida ideia ou frase.

Resumo: (E.O.). É uma breve apresentação (sugere-se que não exceda os 3 parágrafos, cada um com um máximo de 7 (sete) linhas sobre o cerne do trabalho. Este termina com as **Palavras-chave**, entre um mínimo de 3 e um máximo de 6, que representam a essência do Resumo.

Abstract: (E.O.). É a tradução, para a língua inglesa, do **Resumo**. Pode haver tradução para outras línguas, mas essas não são obrigatórias. O **Abstract** termina com as **Keywords**.

Lista de ilustrações: (Op.): caso exista, é a folha em que o Autor colocará informações sobre eventuais ilustrações que utilizou para trazer ao seu estudo. Indicará o número das páginas em que estas se encontram.

Lista de tabelas: (Op.). O mesmo comentário do elemento anterior serve, na sua totalidade, para este.

Lista de abreviaturas/Siglas: (Op.). Consideramos que este é, ou poderá ser, um elemento de extrema utilidade para o leitor do estudo, porque constitui como que uma folha de consulta de fácil acesso. As abreviaturas/siglas, se efetivamente indicadas pelo Autor, têm que respeitar ordem alfabética. Mesmo que exista esta lista, no corpo do texto somente será utilizada a abreviatura/sigla, *de per si*, depois de ter sido indicada por extenso, na primeira vez em que é trazida à atenção do leitor.

Lista de Símbolos: (Op.). Por vezes, os símbolos são absolutamente necessários para ajudar a completar o assunto sobre que o Autor escreve. Por isso, embora não sendo um elemento obrigatório, pode trazer benefícios a uma melhor compreensão do estudo.

Sumário: (E.O.). É o momento em que o Autor expõe, com sequência cronológica e respetiva numeração de páginas, os vários temas e subtemas de que se compõe o estudo. Um Sumário bem organizado é, pode dizer-se, um “excelente cartão de visita” não só do Autor, mas de sua organização intelectual.

Aqui terminam os elementos **pré-textuais**. O estudo, propriamente dito, se inicia daqui em diante, constituindo-se no composto mais extenso, com

3.2.2. Os Elementos Textuais.

Não há opção nestes. Tudo o que indicamos em seguida obrigatoriamente tem que estar no corpo do estudo. Assim, este se inicia com a



3.2.2.1. **Introdução:** É “a porta de entrada” para o estudo. Neste momento, o Autor, de modo organizado, recorrendo a uma escrita cuidada e expressão conforme tecnicidade da área do saber em estudo e do quilate que se exige a um universitário na exposição e defesa das suas ideias, recorrendo a linguagem cuidada, correção na caligrafia, no uso de sinais de pontuação, de acentuação, respeito a número e gênero, como nos diz Xavier,

o usuário deve elaborar seu texto de acordo com as leis que regulamentam a grafia das palavras em Língua Portuguesa, com o uso de acentuação, o emprego de letras maiúsculas e minúsculas, os sinais de pontuação e as regras que regem oficialmente a sintaxe de: concordância entre termos, regência de nomes e verbos, colocação dos pronomes, etc. (XAVIER, 2006, p.98).

Para que, ao ser lido, não suscite a acusação de que o trabalho não tem qualidade acadêmica, contra a qual dificilmente há defesa. Agora serão reveladas as seguintes nove questões que entendemos o Autor deva expressar claramente neste momento do estudo:

→ A) porque escolheu este tema? B) Qual a sua ligação/afinidade com o mesmo? C) Que dúvida(s) o levam(aram) a querer fazer o estudo (particularmente este)? D) Que outros estudos existem já a respeito da temática que interessa ao Autor (esta informação se obtém via levantamento bibliográfico e em todos os meios em que possa ser encontrada informação pertinente e útil ao estudo, sejam: livros, revistas, *internet*, entre outros)? E) Porque o mesmo tem razão de existir entre os demais estudos que já existem neste mesmo assunto? F) Em quem vai buscar seu apoio teórico (ou seja, quem são os estudiosos em cujos textos procurará amparo teórico)? G) Qual é, em sua opinião, o assunto de maior pertinência em seu estudo? H) Como vai desenvolver o estudo (ou seja, a composição do mesmo em termos de capítulos, assuntos, etc., e, brevemente, o que tratará em cada um deles)? I) O que crê irá descobrir com o estudo que pretende levar por diante?

→ Se porventura houver trabalho empírico – mesmo que este não exista, o que tradicionalmente acontece, por exemplo, com cursos como o do Direito, o Autor do trabalho dirá que procederá a pesquisa bibliográfica, eventualmente documental¹³ e explicativa. Porquê? Porque as informações obtê-las-á nos livros, revistas, periódicos, sítios eletrônicos e ou documentos e, é a partir desses que explicará e apresentará seus conceitos sobre que leu – deve,

¹³ Um texto bem apresentado, fácil e útil para quem optar por fazer, também, pesquisa documental é o de Ana Cristina Piana, *A construção da pesquisa documental: avanços e desafios na atuação do serviço social no campo educacional*, disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-05.pdf>>. Revista Direito em Ação, Brasília, v. 14, n. 1, p. 126-153., jan./jun.2015.



também, indicar como preparará esse momento do estudo – equivale dizer qual o tipo de pesquisa? (Explicativa? Quantitativa? Qualitativa? Entre outras, sendo necessário explicar a opção e o(s) autor(es) em que(m) se apoia para explicá-la? Qual o universo (onde)?; sujeitos (quem?); Que elementos utilizará para obter os dados (Questionário? De que tipo? Aplicado a quem? Explicar o tipo de questionário e referir o(s) autor(es) que o explicam)? Entrevista? E o mesmo procedimento acabado de referir para o questionário? Explicar como procederá à tabulação dos dados obtidos – se recorrendo a tabelas? Gráficos? E por aí em diante.

Ainda no decorrer da Introdução, o Autor abordará: o problema, a hipótese, os objetivos e a justificativa da temática em estudo. De modo resumido, eis no que consiste cada um deles:

→ **Problema:** a formulação deste (e é o no interrogativo), com toda a precisão, é da maior importância. O problema nada mais é do que, “... qualquer questão não resolvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento ...” (GIL, 2006, p.49-50). Portanto, o **problema** é o assunto alvo da pesquisa que está ainda por resolver, daí o Autor procurar resposta(s) para o esclarecer para si mesmo e para quem contatar com o estudo que produz. Porque este é um espaço essencialmente dedicado às coisas do Direito, trazemos um exemplo (entre tantos e tantos outros que poderiam ser considerados) nesta área do saber.

→ **Direito:** o problema a discutir: Considerando a quantidade elevada de crimes praticados por menores de idade, questiona-se: deverá manter-se a lei como está ou alterá-la para reduzir a maioridade penal?

→ **Hipótese:** o conteúdo *de facto e de jure* de que se comporá o estudo. Neste momento o Autor trará à consideração várias possibilidades que constituirão o cerne do seu assunto. Para Severino, “Colocado o *problema*, em toda sua amplitude, o autor deve enunciar suas hipóteses: a *tese* propriamente dita, ou hipótese geral, é a ideia central que o trabalho se propõe demonstrar.” (2002, p.161). Ora, em face do problema levantado, há, de imediato, pelo menos duas hipóteses, que serão básicas mas, depois, há as que são mais elaboradas trazendo à liça considerandos da própria doutrina. Ficamos-nos pelos básicos, apenas para que sirvam de exemplo. É de ter em atenção que existem muitos estudos a respeito deste assunto e, fica bem ao Autor mostrar que procurou com suficiente amplitude, os que discordam, os que concordam e, depois disso, apresente, também, seus pontos de vista:

H.1a) – Não, porque, se o Brasil assim proceder, assumirá que a sua Lei é incapaz e o *Estatuto da Criança e do Adolescente* não passará de “letra morta”.



H.1b) – Não, porque não é apenas punindo que se leva os jovens infratores a deixarem de o ser. É necessário ... (criar, por exemplo, melhores condições de educação; condições para melhor distribuição de renda, e por aí em diante) entre outras possíveis hipóteses negativas. É certo que terá eventualmente de haver um olhar ao que determinam peritos da(s) outra(s) ciência(s) referida(s), para a(s) comparar com a do Direito, no sentido de que as respostas apresentadas no corpo do Trabalho de Conclusão de Curso sejam credíveis, porque assim o Autor do mesmo mostra evidentemente que não se limita, diga-se de modo muito simples, a “olhar apenas o seu umbigo”.

H.2a) – Sim, porque já não mais é possível ignorar que muitos dos menores infratores têm consciência de que não recebem as mesmas penas de um adulto e, por isso, praticam todo tipo de crime;

H.2b) – Sim, porque, segundo os psicólogos, com 12 anos de idade a pessoa é já capaz de distinguir (preparar, planejar, formular hipóteses, considerar possibilidades, etc.) com razão seus atos (escusado será dizer que, em uma hipótese como esta, é necessário haver confronto entre este espaço da medicina com o do Direito).

Determinada(s) a(s) Hipótese(s), surge a próxima etapa na composição do texto do T.C.C., que é o estabelecimento dos

→ **Objetivos:** são os dados que, em verdade, caracterizam qual a finalidade do estudo. Estes são divididos em dois tipos:

Objetivo Geral, que é o que define clara e explicitamente o estudo e,

Objetivos Específicos, são os momentos, as fases, portanto, do Estudo. Estes poderiam ser considerados como que temas de capítulos de que o Trabalho se comporá. É nestes que o Autor vai indicar e fornecer detalhes que ajudem a compor o objetivo geral do estudo.

→ **Justificativa:** entendendo esta como sendo “uma vontade”, não deixa, portanto, de ser um momento de grande importância, porque agora o Autor tem que saber apresentar, utilizando argumentos sólidos e muito convincentes, sem esquecer de coletar apoio para os mesmos em citações de trabalhos já produzidos por especialistas da área em estudo (fugir ao máximo do “achismo”, isto é: expressões como “penso que...”, “acho que ...”, sem apoio científico são de pouco ou nenhum valor acadêmico) dizendo:



→ que quais) a(s) razão (ões) que o motivaram a querer estudar este específico assunto e de que modo ele pode apresentar informações relevantes à academia;

→ deve apresentar argumentos que utilizam especialistas sobre o assunto que vai estudar, para mostrar que existe ciência e que, portanto, tem como produzir um estudo a respeito do assunto, para ele trazendo, também, seu entendimento sobre as leituras que efetuou e efetuará ainda;

Importante que o Autor não dê justificativas para a(s) sua(s) Hipótese(s), porque estas terão de receber respostas ao longo do estudo, ou seja, no percurso da pesquisa. Se o Autor já tem as respostas antes de partir para a pesquisa, então nem vale a pena “perder tempo” em fazê-la. Portanto, a(s) Hipótese(s) são, lembremos, “... afirmações provisórias com conteúdo positivo, negativo ou duvidoso, apresentadas pelo aluno para possíveis respostas reveladas no desenvolvimento do trabalho acadêmico.” (CONDURÚ e FERREIRA, 2010, p.128) enquanto que a justificativa é, repita-se, o momento em que o Autor procura, segundo os referidos Condurú e Ferreira, “... demonstrar a importância e a relevância do estudo para o conhecimento técnico-científico” (2010, p.127).

Completada esta etapa, o Autor avança para os temas e subtemas que constituem o estudo, com o

3.2.2.2 **Desenvolvimento** do mesmo que é, em boa verdade, o corpo principal do Trabalho que, como nos indica Xavier, se compõe do momento em que o Autor expõe “... progressiva e encadeadamente o tema através de dados, fatos e informações que vão alimentar os argumentos usados para defender pontos de vista do autor da dissertação” (2006, p.16). É no Desenvolvimento que o Autor apresentará, com sequência cronológica, todo leque de dados que obteve graças às suas leituras, argumentos, discussões, conversas entre autores e, certamente, também, suas opiniões sobre o assunto que estuda, para que a Academia possa deles tomar conhecimento e, ela também, através dos membros que compõem a Banca Avaliadora, se pronunciar sobre o assunto trazido a defesa. Um trabalho, em toda a sua extensão, tem regras a que deve obedecer. Com Freixo vejamos algumas que o Autor deve guardar em mente:

O trabalho deve ter um desenvolvimento lógico. Não parta do princípio que o leitor sabe do que está a falar quando não o diz expressamente. Não faça saltos na argumentação, ela perde assim a sua força. Assegure-se de que, quando liga duas frases por uma expressão causal (p.ex., “assim”, “daqui se depreende”, “portanto”, etc.) essa expressão corresponde de facto a uma relação causal. O



trabalho escrito não é oral. Por esse motivo, evite a utilização de expressões ou construções coloquiais, a não ser quando necessários à argumentação. Não se esqueça que **o espírito crítico deve estar sempre presente**. No entanto deve abster-se de criticar por criticar, exprimir opiniões pessoais não fundamentadas numa análise das teorias ou dos materiais expostos ou usar argumentos ou expressões transcritos diretamente de autores sem que os entenda globalmente (2009, p.233).

No Desenvolvimento o Autor vai apresentar os capítulos de que se compõe o Trabalho, cada um com um título pertinente ao assunto nele tratado e, em cada desses momentos, da maior importância é a apresentação da base teórica em que o Autor se apoia, nomeadamente através de citações dos estudiosos referência em que foi buscar suas informações, para fortalecer seus próprios conhecimentos e os trazer à consideração do público que o lê. Diz-nos Oliveira que,

Nenhum trabalho de pesquisa terá validade documental se não citar as fontes de consulta. Poderá mesmo ser considerado plágio e seu autor processado por violar direitos autorais. Por isso, todas as vezes que o aluno precise se valer de informações encontradas em jornais, revistas ou mesmo na *Internet* deverá citar a fonte com o máximo rigor (2004, p.175).

No caso de existir trabalho empírico, é neste corpo principal que nos será dito qual o percurso a adotar (são os procedimentos metodológicos); quem (são os sujeitos) participou do trabalho; onde (é o universo) o mesmo foi realizado; que(uais) o(s) meio(s) utilizado(s) (são os elementos, ou seja, Entrevista? Questionário?) para a coleta dos dados e, como vai apresentar essas informações (Tabulações? Gráficos? E por aí em diante).

Quando tiver concluído a exposição das suas descobertas, chega ao momento de fecho dos elementos textuais, composto das Conclusões ou, se preferir, Considerações Finais. Porque se indica no plural? Não que seja regra única e obrigatória, mas somos de opinião, porque muito frequentemente o Autor chega a mais do que uma conclusão, melhor fica ter este momento indicado no plural. É agora que o Autor indica claramente se descobriu as respostas às dúvidas que o animaram a fazer o estudo. Posiciona-se em relação a como procedeu para concretizar a sua pesquisa, como vê, criticamente, seus passos e os conceitos dos estudiosos consultados, como vê seu trabalho poder trazer contributo para a academia e, finalmente, como pode, quem se interesse pelo mesmo assunto, prosseguir do seu estudo (por exemplo, determinados subtemas a que não tenha dedicado mais de sua atenção) em diante. Os já referidos Condurú e Ferreira dizem-nos que “A conclusão do trabalho acadêmico é a parte final do texto, trazendo



a análise correspondente aos objetivos ou hipóteses, interpretação dos resultados do trabalho e relação com os já obtidos na literatura sobre o tema, além de recomendações e/ou sugestões.” (2010, p.129).

O Trabalho de Conclusão de Curso, agora, está prestes a apresentar

3.2.3. Os Elementos Pós-textuais, (E a conclusão?!)

Nestes, alguns são obrigatórios (**E.O.**), outros não (**Op.**), compostos de:

3.2.3.1 **Referências ou Referências Bibliográficas (E.O.)**

São, como o nome indica, todos os meios (livros, revistas, artigos da especialidade, *internet*, e por aí em diante) que o Autor utilizou, citando, ou não, diretamente, indicando nome de autor, título, nº de edição, caso exista, local de publicação, nome de editora ou, se for documento eletrônico, indicação do sítio eletrônico em que o texto foi consultado e data de edição para obter e apresentar as informações para a elaboração de seu estudo. As Referências têm que ser indicadas em respeito às normas técnicas conforme a ABNT¹⁴ e as que se encontrem no **Manual do Aluno** da I.E.S. em que o T.C.C. vai ser entregue e defendido, respeitando ordem alfabética e cronológica quando, por exemplo, for indicado um mesmo autor com mais do que uma publicação no mesmo ano (a que sai em primeiro tem indicada data, seguido da letra a); as que seguem são indicadas com a data e letra b), c), d) e por aí em diante), terem sua apresentação feita de modo coerente. Para Laville e Dionne,

[...] espera-se encontrar nas referências bibliográficas todos os títulos que realmente serviram para realizar a pesquisa, mesmo que não tenham levado a um préstimo direto, sob a forma de citação, por exemplo. Uma obra consultada que nada nos tenha oferecido não deverá ser mencionada (2008, p.269).

Portanto e para que não subsistam dúvidas, as Referências ou Referências Bibliográficas compreendem todo o grupo de dados que identificam, integralmente ou apenas em parte, documentos, sejam impressos ou em outros meios (nomeadamente visuais, áudio, etc.) que o Autor utilizou e referiu no seu estudo, ainda que não diretamente, mas que contribuíram para a composição do mesmo. Na sua apresentação, o Autor do Trabalho respeitará ordem alfabética por nome de autor, e seguir a(s) particularidade(s) que determina(m) a norma da I.E.S. em que

¹⁴ No Brasil, a norma que é, regra geral, a norteadora deste momento de um trabalho acadêmico é a NBR 6023 da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Pode ser consultada em: <http://unicentroagronomia.com/destino_arquivo/nbr_6023_referencias.pdf também em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~aproximacao/abntnbr6023.pdf>>. Revista Direito em Ação, Brasília, v. 14, n. 1, p. 126-153., jan./jun.2015.



o estudo será defendido, nomeadamente se será: Autor-data; se o título da referência é indicado em negrito ou em itálico, o espaçamento entre linhas da mesma Referência, o alinhamento da Referência e por aí em diante.

Há outros elementos pós-textuais que, não sendo obrigatórios para um T.C.C., podem existir e em seguida a eles se fará brevíssima alusão:

3.2.3.2. **Glossário** (Op.): Se não existir uma Lista de Abreviaturas/Siglas a iniciar o Trabalho, pode haver este elemento, no qual também poderão estar indicadas explicações de termos, certas expressões, frases que o Autor esclarecerá para que o Leitor não tenha dúvidas quanto ao significado que lhes deve atribuir;

3.2.3.3. **Apêndice** (Op.): Pode haver mais do que um. Espaço em que o Autor apresenta documentos de sua autoria, que sirvam para complementar (sem comprometer) informações indicadas no corpo do estudo, mas que, por força da necessidade de otimização de espaço no corpo principal do estudo, transfere os dados extra para este complemento. Caso exista mais do que um, eles serão identificados com letras do alfabeto, isto é: Apêndice A; Apêndice B e por aí em diante.

3.2.3.4. **Anexo** (Op.): Também pode haver mais do que um e, como o Apêndice, também são indicados por ordem alfabética. O Anexo é, caso exista, um documento necessário que complementa a compreensão de determinado(s) assunto(s) tratado(s) no corpo do texto mas, diferente do Apêndice, nem sempre o documento trazido é da autoria do Autor do estudo.

Uma última informação, prometida atrás e que, pela sua importância sentimos não dever deixar de fora, com referência específica e chamando a atenção do Autor de um T.C.C. ou de qualquer trabalho e ou atitude, para o comprometimento da honestidade em suas ações e fazeres em geral. Para que possa haver uma explicação do que é e como evitá-lo, trataremos, também de modo breve, um assunto da maior seriedade.

4 O PLÁGIO: O QUE É, PORQUE NÃO COMETÊ-LO

O plagiador, se é que se pode trazer tal imagem à consideração do leitor, é aquele tipo de pessoa que, estando completamente errado não só não tem dignidade nem hombridade de admitir seu erro como, ainda, “quer ganhar no grito”. Quem, em seu perfeito juízo, olha esse tipo de pessoa com confiança? Quem o levará a sério? Dificilmente o plagiador se poderá



defender, porque, regra geral, não há argumentos suficientes capazes de “apagar” tremenda fraude.

O que é, então, o plágio? Para Fonseca,

O plágio se caracteriza com a apropriação ou expropriação de direitos intelectuais. O termo “plágio” vem do latim “plagiarius”, um abductor de “plagiare”, ou seja, “roubar” [...]. A expropriação do texto de um outro autor e a apresentação desse texto como sendo de cunho próprio caracterizam um plágio e, segundo a Lei de Direitos Autorais, 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, é considerada violação grave à propriedade intelectual e aos direitos autorais, além de agredir frontalmente a ética e ofender a moral acadêmica (*apud* SILVA, 2008, p.358).

Rodrigo Moraes¹⁵, homem do Direito e acadêmico (Mestrando), faz um estudo muito interessante e completo a respeito do que é o plágio e apelida, sem margem para hesitações, o plagiador de ser “malicioso”, “disfarçado”, “astuto”, “hábil” e “dissimulado¹⁶” e, especificamente nas páginas 100 e 101 do seu livro, *O Plágio na pesquisa acadêmica: a proliferação da desonestidade intelectual* (2015), nos oferece todo um conjunto de medidas civis contra quem comete este ilícito, reprovável a todos os títulos, que não pode ficar sem a devida punição, e, especialmente quem Orienta um T.C.C. deve estar muito atento a este tipo de fraude, pois que, embora não sendo Autor do estudo, tem seu nome ligado a ele. Um Orientador se compromete, também, para a lisura, honestidade e qualidade do trabalho que há de ser levado ao juízo da Banca especificamente composta para o julgar e que deve, a todo custo, bem como qualquer pessoa que entre em contato com o estudo, ser respeitada¹⁷. Para finalizar este momento, recorremos de novo a Moraes que nos informa que,

Tolerar o plágio acadêmico é aniquilar o incentivo à produção intelectual. Permitir o triunfo da fraude. Desincentivar a criatividade. Desestimular o

¹⁵ Autor de *O Plágio na pesquisa acadêmica: a proliferação da desonestidade intelectual*. Disponível em: <http://www.faculdadesocial.edu.br/dialogospossiveis/artigos/4/06.pdf>

¹⁶ *Ibid.*, p.95.

¹⁷ São muitos exemplos que poderiam ser trazidos à consideração. Apresentaremos dois: um na área acadêmica, outro na das artes. Dois ministros do governo Angela Merkel, Chanceler Alemã se viram obrigados a demitir-se e devolver seus títulos de Doutor porque foram acusados, e comprovada a acusação, de plágio. Foram, nomeadamente, em 2011, Karl-Theodor Zu Guttenberg (Ministro da Defesa) e, em 2013, a Ministra da Educação Alemã, Annette Schavan, do governo da mesma Angela Merkel também renunciou em função de acusação de ter cometido plágio em sua tese doutoral. Quem os orientou ficou irremediavelmente com nome ligado à fraude. Em finais da década de 70, Jorge Bem (ainda não era Benjor) acusou o cantor escocês, Rod Stewart de ter, na sua música *Do Ya Think I'm Sexy* (1978) o ter plagiado de *Taj Mahal* (1972), acusação que ganhou na justiça, tendo doado os proventos à UNICEF.

Revista Direito em Ação, Brasília, v. 14, n. 1, p. 126-153., jan./jun.2015.



autor. Destruir o sonho de o Brasil ocupar uma posição de destaque na produção artística e científica mundial⁰¹⁵, p.108).

CONCLUSÕES

“A investigação é uma tentativa sistemática de atribuição de respostas às questões” (TUCKMAN, 2005, p.6) que nos levaram à busca de informações que esclarecessem as dúvidas que motivaram a pesquisa do T.C.C., aqui dito de modo tão simples e certo, resume o que torna essência não apenas um T.C.C. mas, como tivemos a oportunidade de mostrar, a própria existência do ser humano. Além disso, a súplica Platoniana em defesa da integridade moral de Sócrates é, de certo modo, um percurso de ação (“ser ator”), como tivemos a oportunidade de justificar atrás e chamamos à memória do leitor de novo.

Assim seremos todos nós no desempenho de exposição, cuidada, convicta e apoiada em ciência de nossos conhecimentos, no intuito de levarmos aos que nos leem/escutam a concordarem com o que lhe expomos e mais, mostrarmos, com os nossos argumentos, que também temos razão (não a única nem a final) para afirmar o que afirmamos e, assim, agirmos (atuarmos) sobre as vontades e opiniões de outros, em nosso favor. “Una investigación [...] es lá clave fundamental para el avance del conocimiento educativo, para encontrar las soluciones a sus problemas [...]” (GALLEGO, 2009, p.13). Saber expor, com base em leituras, o que pensamos e no que acreditamos é válido e próprio da Academia, que é feita de discussão de ideias entre as pessoas que a compõem. Porque, segundo Demo, “A aula que apenas repassa conhecimento, ou a escola que somente se define como socializadora de conhecimentos, não sai do ponto de partida, e, na prática, atrapalha o aluno, porque o deixa como objeto de ensino e instrução. Vira treinamento.” (2005, p.7).

Todo aquele que se insere na vida acadêmica, desde o que está dando seus primeiros passos, na construção de um Trabalho de Conclusão de Curso, que através de seus argumentos, suas convicções nos pretende convencer e levar que sejam aceites seus pontos de vista deve proceder na convicção firme, composta de conhecimentos adquiridos nas leituras dos autores reconhecidos na matéria que estuda; mas também são atores (agentes de ação) os docentes que têm o papel de animar e acompanhar esse “novato”, levando-o a descobrir e cada vez mais conhecer os caminhos e meandros – mas os intelectualmente honestos – da Academia para, dessas suas descobertas, trazer mais conhecimentos a respeito de assuntos que a Universidade

Revista Direito em Ação, Brasília, v. 14, n. 1, p. 126-153., jan./jun.2015.



lhe(s) terá causado a vontade de descobrir e partilhá-los com outros, estejam dentro, ou fora do espaço universitário.

Finalmente e sem que possamos deixar de fazer um aviso, em forma de pedido imensamente sério: é da maior importância o acadêmico (entendido no sentido do estudioso) se manter honesto na sua produção científica. O plágio não é o caminho, não proporciona o sucesso – senão um momento ilusório – e torna perene a desconfiança em quem o comete. Por isso, mais vale um Trabalho de Conclusão de Curso sério, de autoria digna e honesta, nascido dos conhecimentos que quem o assina adquiriu através de esforço sincero do que um Trabalho de Conclusão de Curso que foi feito de modo fraudulento que, cedo ou tarde, qual azeite em água, que não se misturam revelará a verdade da desonestidade e invalida uma eventual excelente nota com que tenha sido avaliado. A academia é um desafio, desafio esse que, querendo o acadêmico encontrar percursos para o vencer, com dignidade, não só traz bons frutos ao seu próprio crescimento intelectual, como contribui, sem dúvida, para o engrandecimento da sociedade com a qual partilhará esses conhecimentos adquiridos na Universidade/Faculdade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Portaria nº 1.886, de 30 de dezembro de 1994.** Fixa as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso jurídico. Brasília: MEC. Disponível em: <<http://oab-rn.org.br/arquivos/LegislacaosobreEnsinoJuridico.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2014, às 09h:00m.

CARDOSO, Gustavo e LAMY, Cláudia (2011). "Redes sociais: comunicação e mudança". In: *JANUS.NET e-journal of International Relations*, v. 2, n.º 1, Primavera 2011. Disponível em: <observare.ual.pt/janus.net/pt_vol2_n1_art6>. Acesso em: 3 maio 2014, às 22h:15m. (p.73-96).

CERVO, Amado e BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CONDURÚ, Marise Teles e PEREIRA, José Almir Rodrigues. **Elaboração de Trabalhos Acadêmicos: Normas, Critérios e Procedimentos**. 4. ed. rev., ampl. e atual. pela ABNT. Belém: Biblioteca do NUMA/UFPA, 2010.

DEMO, Pedro. **Educar pela Pesquisa**. 7. ed. Campinas, SP.: Autores Associados, 2005.

FREIXO, Manuel João Vaz. **Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas**. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.



GALLEGO, Isidoro González. “La Metodología Al Servicio de Los Conceptos. El Carácter Subyacente de La Metodología em La Investigación Educativa” In: FREIXO, Manuel João Vaz. **Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas**. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Jornal Expresso d’Oeste. “A Tecnologia Aproxima Quem Está Distante e Afasta Quem Está Próximo”. 2014. Disponível em: <http://www.adjorisc.com.br/jornais/expressodoeste/colunistas/jaime-folle/a-tecnologia-aproxima-quem-esta-distante-e-afasta-quem-esta-proximo-1.1518242#.VNSpEc85DIU> Acesso em: 6 fev. 2014, às 8h:50m.

KATO, Mary A. **No Mundo da Escrita. Uma perspectiva psicolinguística**. São Paulo: Editora Rêspel, S.A. 1986.

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. **A Construção do Saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas**. Revisão Técnica e Adaptação da Obra: Lara Mara Siman. Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 1999, reimp. 2008.

LIMA, Henrique. **Plágio Acadêmico: Consequências Jurídicas**. 2013. Disponível em: <<http://www.henriquelim.com.br/materias/artigos/plagio-academico-consequencias-juridicas-2>>. Acesso em: 5 maio 2014, às 16h:45m.

MARQUES, Mário Osório. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**. Ijuí: Unijuí, 2003.

MORAES, Rodrigo. **O Plágio na pesquisa acadêmica: a proliferação da desonestidade intelectual**. Disponível em: <<http://www.faculdadesocial.edu.br/dialogospossiveis/artigos/4/06.pdf>>. Acesso em: 27 fev 2014, às 16h:45m.

NERY, Guilherme, *et al.* **Nem tudo que parece é: entenda o que é plágio**. Niterói, RJ.: Instituto de Arte e Comunicação Social, 2008-2010. Disponível em: <<http://www.noticias.uff.br/arquivos/cartilha-sobre-plagio-academico.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2014, às 16h:30m.

OLIVEIRA, Jorge Leite de. **Texto técnico: guia de pesquisa e de redação**. 3. ed., rev. e ampl. Brasília: abc BSB, 2004.

PLATÃO. Versão eletrônica do Livro: **Apologia de Sócrates**. Biblioteca Virtualbooks. Disponível em: <<http://www.revistaliteraria.com.br/plataoapologia.pdf>>. Acesso em: 2 fev./2014, às 20h:45m.

Referências complementares, úteis aos alunos de Direito, para a elaboração de um T.C.C.

MARQUES, Mário Osório. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**. Ijuí: Unijuí, 2003.

Revista Direito em Ação, Brasília, v. 14, n. 1, p. 126-153., jan./jun.2015.



MEIRIM, José Manuel. **Como pesquisar e referir em Direito**. Lisboa: Almedina, 2008.

MONTEIRO, Geraldo Tadeu M e SAVEDRA, Mônica Maria G. **Metodologia da pesquisa jurídica: manual para elaboração e apresentação de monografias**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. **Manual da monografia jurídica**. São Paulo: Saraiva, 1997.

Para ter acesso a lista de indicações referentes ao modo de indicar títulos acadêmicos, no Brasil, procurar em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=22>

PASOLD, Cesar Luiz. **Prática da pesquisa jurídica: e metodologia da pesquisa jurídica**. 10. ed., rev. e ampl. Florianópolis: OAB/SC, 2007.

PINHEIRO, Jorge e HOUNSELL, Franci. **Monografia em ciências jurídicas e sociais: como elaborar**. 2. ed., rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2009.